



**Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021
e Relatório dos Auditores Independentes**

Sumário

Relatório do Auditor Independente	03
Balanco Patrimonial	
Ativo	07
Passivo e Patrimônio Líquido	08
Demonstração do Resultado do Exercício	09
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa	12
Demonstração do Valor Adicionado	13
Notas Explicativas da Administração	
1. Informações Gerais	14
2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Societárias e Regulatórias	16
3. Resumo das Principais Práticas Contábeis	16
3.1. Reconhecimento da Receita	16
3.2. Apuração do Resultado	16
3.3. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes	16
3.4. Compensação entre Contas	17
3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa	17
3.6. Instrumentos Financeiros	17
3.7. Contas a Receber	17
3.8. Imobilizado	18
3.8.1 Reconhecimento e Mensuração do Ativo Imobilizado	18
3.8.2 Imobilizado em Curso	18
3.8.3 Imobilizado em Serviço	18
3.8.4 Depreciação	19
3.9. Intangível	19
3.10. Valor Recuperável de Ativos	19
3.11. Passivos Circulantes e Não Circulantes	19
3.12. Regime de Tributação	19
3.13. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis	20
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	20
5. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	21
6. Tributos Compensáveis	21
7. Imobilizado	21
8. Intangível	24
9. Fornecedores	25
10. Obrigações Tributárias	25
11. Provisão para Litígios	25
12. Patrimônio Líquido	26
13. Receita Operacional Bruta	27
14. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no âmbito da CCEE	27
15. Pessoal – Geração e Administração	28
16. Serviços de Terceiros	28
17. Transações entre Partes Relacionadas	28
18. Resultado Financeiro	29
19. Cobertura de Seguros	29
20. Responsabilidade Sócio Ambiental	30
21. Covid 19	31
22. Repactuação do Risco Hidrológico	31
23. Evento Subsequente – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2022	32



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Acionistas da

CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

- a) Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 2 e 3 às demonstrações contábeis, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. No caso da Cravari Geração de Energia S.A., como não há diferenças nos critérios contábeis entre os padrões societários e regulatórios, está sendo emitido conjunto único de Demonstrações Contábeis conforme estabelece o item 36 do Despacho ANEEL nº 245 de 28/01/2016. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a



este assunto.

- b) Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 21 – COVID-19 sobre a avaliação de risco e incertezas que estão sendo adotados pela sociedade em relação aos impactos futuros na operação e a continuidade operacional fruto da pandemia da Covid-19 informada e vivenciada atualmente.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

• Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob responsabilidade da administração da instituição, cuja apresentação é requerida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

• Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da **CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**, encerradas em 31 de dezembro de 2020 apresentadas comparativamente, foram anteriormente por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório de auditoria independente, datado de 01 de março de 2021, contendo parágrafo de ênfase sobre o mesmo assunto descrito neste relatório.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade



pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou



Rua Silveira Peixoto, 1040 – Sala 1506 – Batel
Curitiba – PR - Fone: 3092 7470
www.rlsolution.com.br - corporativo@rlsolution.com.br

condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR) 07 de março de 2022.

RONALDO
ARSIE
GUIMARAES:
68883080904

Assinado digitalmente por RONALDO ARSIE
GUIMARAES:68883080904
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=VideoConferencia,
OU=1540075300178, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3,
OU=(em branco), CN=RONALDO ARSIE
GUIMARAES:68883080904
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022-03-22 16:12:03
Foxit Reader Versão: 10.0.0

RONALDO ARSIE GUIMARÃES
Contador CRC (PR) nº 0033.757/O-1



**GUIMARÃES E GONÇALVES AUDITORIA E
CONSULTORIA EMPRESARIAL SS
CRC Nº PR-007570-O/07**

CNPJ 08.703.867/0001-15

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

AT I V O			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		7.920	37.128
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.812	31.640
Consumidores	5	1.515	1.383
Concessionárias e Permissionárias	5	2.959	3.436
Tributos Compensáveis	6	6	66
Almoxarifado Operacional		532	532
Despesas Antecipadas		1	-
Outros Ativos Circulantes		95	71
NAO CIRCULANTE		135.318	121.605
Atividades Não Vinculadas a Concessão		70	70
Imobilizado não Vinculado a Concessão		70	70
Imobilizado	7	119.489	121.426
Imobilizado em Serviço		157.975	157.192
(-)Depreciação Acumulada		(48.466)	(44.276)
Imobilização em Curso	7.1	9.980	8.510
Intangível	8	15.759	109
Servidões		109	109
Software		23	-
(-) Amortização Acumulada		(1)	-
Direito de Extensão da Concessão		15.628	-
TOTAL DO ATIVO		143.238	158.733

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CNPJ 08.703.867/0001-15

**BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		22.337	47.947
Fornecedores	9	609	1.261
Obrigações Sociais e Trabalhistas		114	120
Obrigações Tributárias	10	1.044	1.139
Provisão para Litígios	11	1	30.709
Passivos Financeiros Setoriais		8	8
Débito com Pessoas Ligadas	17	122	93
Diretores e Acionistas	17	20.376	14.554
Outros Passivos Circulantes		63	63
NÃO CIRCULANTE		33.794	34.189
Provisões para Litígios	11	841	841
Diretores e Acionistas	17	32.953	33.348
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	87.107	76.597
Capital Social	12.1	54.932	54.932
Reserva de Lucros	12.2	32.175	21.665
TOTAL DO PASSIVO		143.238	158.733

Curitiba, 31 de Dezembro de 2021

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CNPJ 08.703.867/0001-15

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
 EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>NOTA</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE			
Receitas/Ingressos			
Fornecimento de Energia Elétrica	13	17.081	16.267
Suprimento de Energia Elétrica	13	34.360	32.057
Energia Elétrica de Curto Prazo	13/14	2.391	997
Tributos			
ICMS		(106)	(203)
PIS/PASEP		(348)	(319)
COFINS		(1.607)	(1.474)
Encargos			
Taxa de Fiscalização de serviços de energia - TFSEE		(99)	(92)
RECEITA LÍQUIDA/INGRESSO LÍQUIDO		<u>51.672</u>	<u>47.233</u>
Custos não Gerenciáveis			
Energia de Curto Prazo	14	(14.949)	(5.620)
Energia CCEE	14	(3.208)	(1.171)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		<u>(18.157)</u>	<u>(6.791)</u>
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(1.388)	(1.207)
Repactuação do Risco Hidrológico		15.628	
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		<u>47.755</u>	<u>39.235</u>
Custos Gerenciáveis			
Pessoal	15	(967)	(1.129)
Material		(385)	(379)
Serviços de Terceiros	16	(6.399)	(5.750)
Aluguéis em Geral		(42)	(37)
Seguros		(1)	(1)
Doações, Contribuições e Subvenções		(23)	(33)
Tributos		(16)	(17)
Depreciação e Amortização		(4.264)	(4.245)
Resultado da Atividade		<u>35.658</u>	<u>27.644</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas Financeiras	18	(1.246)	(6.022)
Receitas Financeiras	18	221	555
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		<u>34.633</u>	<u>22.177</u>
Despesas com Impostos sobre o Lucro			
Contribuição Social - Correntes		(597)	(581)
Imposto Sobre a Renda - Correntes		(1.099)	(1.098)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>32.937</u>	<u>20.498</u>
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		<u>0,60</u>	<u>0,37</u>

Curitiba, 31 de Dezembro de 2021

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



CNPJ 08.703.867/0001-15

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do Exercício	<u>32.937</u>	<u>20.498</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	<u>32.937</u>	<u>20.498</u>

Curitiba, 31 de Dezembro de 2021

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CNPJ 08.703.867/0001-15

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CAPITAL SOCIAL	AFAC	RESERVA DE LUCROS		TOTAL
			Reserva Legal	Lucros a Disp. AGO	
Saldos em 31/12/2019	54.932	15.000	6.035	18.348	94.315
Destinação de Lucros- Exercício 2019 cfe. AGO	-	-	-	(18.348)	(18.348)
Resclassificação de AFAC cfe. AGE	-	(15.000)	-	-	(15.000)
Resultado do Exercício	-	-	-	20.498	20.498
Reserva Legal	-	-	1.025	(1.025)	-
Dividendos a Distribuir	-	-	-	(4.868)	(4.868)
Saldos em 31/12/2020	54.932	-	7.060	14.605	76.597
Destinação de Lucros- Exercício 2020 cfe. AGO	-	-	-	(14.605)	(14.605)
Resultado do Exercício	-	-	-	32.937	32.937
Reserva Legal	-	-	1.647	(1.647)	-
Dividendos a Distribuir	-	-	-	(7.822)	(7.822)
Saldos em 31/12/2021	54.932	-	8.707	23.468	87.107

Curitiba, 31 de Dezembro 2021

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	32.937	20.498
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Depreciação	4.264	4.245
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.696	1.679
Repactuação do Risco Hidrológico	(15.628)	-
	<u>23.269</u>	<u>26.422</u>
Redução (Aumento) de Ativos		
Consumidores	(132)	(46)
Concessionárias e Permissionárias	477	(884)
Tributos Compensáveis	60	(55)
Almoxarifado Operacional	-	(3)
Despesas Pagas Antecipadamente	(1)	1
Outros Ativos Circulantes	(24)	(67)
	<u>380</u>	<u>(1.054)</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	-	1
Fornecedores Demais	(652)	(264)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(6)	23
Obrigações Tributárias	(25)	100
Provisão para Litígios	(30.708)	6.014
Débitos com Pessoas Ligadas	29	6
	<u>(31.362)</u>	<u>5.880</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Imposto de Renda e Contribuição Social - Pagos	(1.766)	(1.529)
	<u>(9.479)</u>	<u>29.719</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(2.349)	(6.144)
	<u>(2.349)</u>	<u>(6.144)</u>
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos Pagos	(2.000)	(1.116)
Devolução Total de AFAC cfe AGE	(15.000)	-
	<u>(17.000)</u>	<u>(1.116)</u>
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(28.828)</u>	<u>22.459</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do Exercício	31.640	9.181
No fim do Exercício	2.812	31.640

Curitiba, 31 de Dezembro de 2021

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

CNPJ 08.703.867/0001-15

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	71.787	49.321
Receita Operacional	53.832	49.321
Repactuação do Risco Hidrológico	15.628	-
Receita relativa à construção de ativos próprios	2.327	-
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(28.779)	(14.197)
Custos da energia comprada	(18.157)	(6.791)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.388)	(1.207)
Taxa de Fiscalização de serviços de energia - TFSEE	(99)	(92)
Materiais	(385)	(323)
Serviços de terceiros	(8.726)	(5.750)
Seguros	(1)	(1)
Doações, contribuições e subvenções	(23)	(33)
VALOR ADICIONADO BRUTO	43.008	35.124
Depreciações e amortizações	(4.264)	(4.245)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	38.744	30.879
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	221	555
Receitas financeiras	221	555
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	38.965	31.434
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	38.965	31.434
Pessoal	764	966
Remuneração direta	675	643
Benefícios	36	272
FGTS	53	51
Impostos, taxas e contribuições	3.976	3.911
Federais	3.855	3.636
Estaduais	112	267
Municipais	9	8
Remuneração de capitais de terceiros	1.288	6.059
Despesas Financeiras	1.246	6.022
Aluguéis	42	37
Remuneração de capital próprio	32.937	20.498
Dividendos a Distribuir	7.822	4.868
Reserva Legal	1.647	1.025
Lucros Retidos	23.468	14.605

Curitiba, 31 de Dezembro de 2021

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

No negócio de geração, a Outorgada vende energia à Consumidores Livres e Especiais no Ambiente de Contratação Livre- ACL.

No ACL a energia é negociada por meio dos agentes concessionários e autorizados de geração, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores Especiais são aqueles que possuem demanda entre 0,5 MW e 1,5 MW e somente podem adquirir energia de fontes sustentáveis, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), biomassa, eólica e solar.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 1,5 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao Ambiente de Contratação Regulado - ACR se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres e Especiais no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede



CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

INFORMAÇÕES GERAIS DA EMPRESA

A CRAVARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de fevereiro de 2007. O empreendimento está localizado no Rio Cravari – a 90 km de sua foz, sub-bacia nº 17 rio Juruena, bacia hidrográfica do rio Amazonas, município de Brasnorte, na região norte do estado do Mato Grosso, com 30 MW de potência instalada e capacidade de geração de energia assegurada anual de 175.200 MWh, a ser acrescido no sub-sistema S / SE / CO do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Suas atividades estão autorizadas e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas de Energia, pela Resolução nº 282 de 06 de Julho de 2004, que autoriza o aproveitamento de potencial hidráulico denominado PCH Bocaiúva, e também estabelece em seu artigo 8º o prazo da autorização em 30 anos a contar da data de publicação da Resolução.

No entanto, a partir da publicação da Resolução Autorizativa nº 10.972/21, fundamentada pelos dispositivos do Art. 3º-A e 26º da Lei 9.427/96, alterada pela Lei 14.120/21 o prazo da autorização passou a contar da data de início da operação comercial da primeira unidade geradora. Além disso, de acordo com a Lei 14.052/2020 a empresa optou pelo acordo visando a repactuação e quitação do risco hidrológico (GSF); em troca houve a extensão no direito de uso do potencial hidrológico (outorga) em 4 anos, 1 mês e 23 dias. Assim o prazo final da autorização passou para 17/08/2044.

Ao final do prazo da autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas, conforme dispõe o Art.10 da Resolução Autorizativa 282/2004.

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da empresa, em 31 de Dezembro de 2021, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de Janeiro de 2021 e 31 de Dezembro de 2021.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 03/03/2022.

CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS E REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins societários e regulatórios foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis do Brasil, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Como não há diferenças nos critérios contábeis entre os padrões societários e regulatórios, está sendo emitido conjunto único de Demonstrações Contábeis conforme estabelece o item 36 do Despacho ANEEL nº 245 de 28/01/2016.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Reconhecimento de receita:

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, e que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

3.2 Apuração de Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos aos clientes, concessionários / permissionários, pelo seu valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente, quando relevantes.

3.3 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e



CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.4 Compensações Entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem depósitos bancários, aplicações financeiras, contas a receber, e outros recebíveis, e contas a pagar.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo através do resultado, quando classificados como mantidos para negociação, e pelo custo amortizado utilizado a taxa efetiva, quando se tratar de recebíveis.

A Cravari, não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.7 Contas a Receber

As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais e/ou contratuais ajustado ao valor provável de realização quando este for inferior.

Engloba o suprimento de energia elétrica faturada e a estimativa de energia elétrica fornecida não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

3.7.1 Ajuste a Valor Presente

Não houve ajuste a valor presente em função dos valores a receber serem a curto prazo, e o efeito considerado como irrelevante.

3.7.2 Política de mitigação de risco

A adoção de cuidados para atenuar os riscos de crédito na contratação da venda de energia pauta-se na seleção de compradores de energia garantida por cartas-fianças emitidas por instituições financeiras de primeira linha ou depósitos caução, os quais, garantem o cumprimento dos contratos.



CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

3.7.3 Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa

Embasados na análise individual de saldo de cada consumidor, e a experiência da empresa em relação a perdas efetivas com consumidores, quando existentes, os valores duvidosos vencidos serão provisionados para perdas.

3.8 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação acumulada.

3.8.1 Reconhecimento e Mensuração do Ativo Imobilizado

Para fins de reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado da geradora, o mesmo está segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais, conforme resolução ANEEL 674/2015, consoante ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

3.8.2 Imobilizado em curso

O imobilizado em curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle para apuração de custos contábeis.

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

3.8.3 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pelo Órgão Regulador. A sociedade utiliza para fins societários as mesmas taxas de depreciação e valores residuais determinados pela referida Resolução conforme políticas aprovadas pela administração.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

3.8.3.1 Sistema de Transmissão e Conexão – Imobilizado em Serviço

A Cravari possui uma Linha de Transmissão de interesse restrito que transporta a energia gerada pela PCH, até a Subestação Manobra Sapezal da ENERGISA - MT, que é a conexão com o Sistema de Distribuição.

CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

3.8.4 Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as políticas internas, cujas taxas são coincidentes com as constantes nas tabelas anexas à Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015 da ANEEL.

3.9 Intangível

É composto pelo direito de uso das Servidões, programa de software adquiridos e os custos decorrentes da extensão no prazo da outorga em face de acordo para quitação do GSF, conforme mencionado nas NE's nº 08, 11 e 22.

Estão registrados ao custo de aquisição ou realização. Sendo que, a amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.10 Valor Recuperável de Ativos

A realização de testes de recuperabilidade dos ativos ocorre nos termos da NBC TG 27 (R2) que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e a NBC TG 01 (R2) do CFC e a Resolução Normativa 605/14 da ANEEL que aprovam o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por “*impairment*” anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por “*impairment*” é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Estes testes foram realizados em 31/12/2021, sendo adotada a metodologia de análise pelo valor de uso, com base na geração futura de caixa.

3.11 Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “pro-rata” dia.

3.12 Regime de Tributação

A empresa vem optando pela forma de tributação do lucro presumido. O lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real. O IRPJ e a CSLL são devidos trimestralmente.

A provisão para Imposto de Renda foi constituída considerando a aplicação da alíquota de 15% sobre a presunção de 8% das receitas de vendas recebidas e 15% das demais

CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

receitas recebidas, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela excedente a R\$ 20 mil mensais.

A provisão para a Contribuição Social sobre o Lucro foi calculada pela alíquota de 9% sobre a presunção de 12% das receitas de vendas recebidas e nas demais receitas recebidas à aplicação direta da alíquota de 9%.

3.13 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações contábeis são passivos contingentes que são provisionados ou não de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1	1
Bancos	144	58
Aplicações financeiras	2.667	31.581
Total	2.812	31.640

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com Certificados de Depósitos Bancários – CDBs por instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 10% a 100,25%, podendo ser resgatados em prazo inferior a 90 dias sem penalizar a remuneração.

CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

NOTA 05 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Valores correntes				PCLD	31/12/2021	31/12/2020
	Corrente a vencer		Corrente vencido				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	Mais de 360 dias			
Fornecimento de energia							
- Industrial	-	-	-	-	-	-	-
- Comercial	-	-	-	-	-	-	-
- Fornecimento não faturado	1.515	-	-	-	-	1.383	1.383
Suprimento de energia							
- Suprimento faturado	2.788	-	-	-	-	2.573	2.573
- Suprimento não faturado	171	-	-	-	-	863	863
Total	4.474	-	-	-	-	4.474	4.819

NOTA 06 - TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF estimado	3	65
IOF estimado	3	1
Total	6	66

NOTA 07 - IMOBILIZADO

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas que foram calculadas de acordo com as políticas internas, cujas taxas são coincidentes com as definidas pela ANEEL, a partir do mês em que a Usina iniciou suas operações, conforme segue:

CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

IMOBILIZADO	31/12/2021	31/12/2020	TAXA MÉDIA DE DEPRECIÇÃO %
Geração			
Usina - Imobilizado em serviço			
Terrenos	1.246	1.246	-
Reservatórios, barragens e adutor	73.091	72.720	3,11%
Edificações e obras civis, benfeitorias	13.390	13.052	5,02%
Máquinas e equipamentos	57.978	57.906	14,29%
Veículos	615	615	6,25%
Móveis e utensílios	58	56	
(-) Depreciação acumulada	(44.204)	(40.396)	
Subtotal	102.174	105.199	
Imobilizado em curso			
Terrenos	27	27	-
Reservatórios, Barragens e Adutor	0	371	-
Edificações e obras civis, benfeitorias	8.985	7.207	-
Máquinas e equipamentos	60	113	-
Veículos	2	-	
Transformação, Fabricação e Reparo de Imobilizado	114	-	
Materiais em depósito	706	706	-
Subtotal	9.894	8.424	
TOTAL USINA	112.068	113.623	
Sistema de Transmissão e Conexão			
Imobilizado em serviço			
Edificações e Obras Civis, Benfeitorias	48	48	3,67%
Máquinas e equipamentos	11.549	11.549	3,71%
(-) Depreciação acumulada	(4.262)	(3.880)	
Subtotal	7.335	7.717	
Imobilizado em curso			
Depósitos judiciais	86	86	
Sub total	86	86	
TOTAL SISTEMA DE TRANSMISSÃO	7.421	7.803	
TOTAL IMOBILIZADO	119.489	121.426	



CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

ATIVO IMOBILIZADO CONTAS	SALDO FINAL 31.12.2019	ADIÇÕES	(-) BAIXAS	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(+/-) TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL 31.12.2020	ADIÇÕES	(-) BAIXAS	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(+/-) TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL 31.12.2021
GERAÇÃO - PRODUÇÃO	111.343	6.144	-	(3.864)	-	113.623	2.327	-	(3.882)	-	112.068
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	145.320	-	-	-	275	145.595	-	-	-	783	146.378
Terrenos	1.246	-	-	-	-	1.246	-	-	-	-	1.246
Reservatórios, Barragens e Adutor	72.553	-	-	-	167	72.720	-	-	-	371	73.091
Edificações e Obras Cíveis, Benfeitorias	13.052	-	-	-	-	13.052	-	-	-	338	13.390
Máquinas e Equipamentos	57.798	-	-	-	108	57.906	-	-	-	72	57.978
Veículos	615	-	-	-	-	615	-	-	-	-	615
Móveis e utensílios	56	-	-	-	-	56	-	-	-	2	58
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(36.596)	-	-	(3.864)	64	(40.396)	-	-	(3.882)	74	(44.204)
Reservatórios, Barragens e Adutor	4,00% (15.811)	-	-	(1.671)	-	(17.482)	-	-	(1.678)	-	(19.160)
Edificações e Obras Cíveis, Benfeitorias	3,33% (2.904)	-	-	(316)	-	(3.220)	-	-	(325)	-	(3.545)
Máquinas e Equipamentos	2,50% (17.313)	-	-	(1.857)	64	(19.106)	-	-	(1.860)	74	(20.892)
Veículos	14,29% (543)	-	-	(16)	-	(559)	-	-	(16)	-	(575)
Móveis e utensílios	6,25% (25)	-	-	(4)	-	(29)	-	-	(3)	-	(32)
IMOBILIZADO EM CURSO	2.619	6.144	-	-	(339)	8.424	2.327	-	-	(857)	9.894
Terrenos e Benfeitorias	27	-	-	-	-	27	-	-	-	-	27
Reservatórios, Barragens e Adutor	536	2	-	-	(167)	371	-	-	-	(371)	-
Edificações e Obras Cíveis, Benfeitorias	1.331	5.876	-	-	-	7.207	2.116	-	-	(338)	8.985
Máquinas e Equipamentos	108	266	-	-	(261)	113	59	-	-	(112)	60
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	4	-	-	(2)	2
Transformação, Fabricação e Reparo de Imobilizado	-	-	-	-	-	-	148	-	-	(34)	114
Material em Depósito	617	-	-	-	89	706	-	-	-	-	706
SISTEMA DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO	8.184	-	-	(381)	-	7.803	-	-	(382)	-	7.421
IMOBILIZADO EM SERVIÇO	11.597	-	-	-	-	11.597	-	-	-	-	11.597
Edificações e Obras Cíveis, Benfeitorias	48	-	-	-	-	48	-	-	-	-	48
Máquinas e Equipamentos	11.549	-	-	-	-	11.549	-	-	-	-	11.549
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(3.499)	-	-	(381)	-	(3.880)	-	-	(382)	-	(4.262)
Edificações e Obras Cíveis, Benfeitorias	3,33% (16)	-	-	(1)	-	(17)	-	-	(2)	-	(19)
Máquinas e Equipamentos	3,33% (3.483)	-	-	(380)	-	(3.863)	-	-	(380)	-	(4.243)
IMOBILIZADO EM CURSO	86	-	-	-	-	86	-	-	-	-	86
Depósitos Judiciais	86	-	-	-	-	86	-	-	-	-	86
SALDO TOTAL	119.527	6.144	-	(4.245)	-	121.426	2.327	-	(4.264)	-	119.489

CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

NOTA 07.1 - IMOBILIZADO EM CURSO

	31/12/2021	31/12/2020
Geração		
Terrenos	27	27
Reservatórios, Barragens e Adutor	-	371
Edificações e obras civis, benfeitorias	8.985	7.207
Máquinas e equipamentos	60	113
Móveis e utensílios	2	-
Transformação, fabricação, e reparo	114	-
Materiais em depósito	706	706
Total Geração	9.894	8.424
Sistema de Transmissão e Conexão		
Depósitos judiciais	86	86
Total Sistema de Transmissão e Conexão	86	86
Total imobilizado em curso	9.980	8.510

Edificações, Obras Civis e Benfeitorias: Projeto Aeródromo.

A Companhia está em fase de conclusão sobre a execução das obras do Aeródromo e já obteve a Licença de Operação (LO nº 323605/2021, validade 29/01/2024) junto ao órgão ambiental para funcionamento do mesmo.

Material em Depósito: Estoque.

O fato da Companhia ser uma Pequena Central Hidroelétrica, grande parte de seus equipamentos eletromecânicos são específicos para PCH. Como não são padronizados os fornecedores não possuem disponibilidade destes equipamentos à pronta entrega e por isso, se mantém um estoque destes equipamentos eletromecânicos. O objetivo é manter a segurança operacional, a fim de neutralizar o risco devido a uma falha de qualquer um destes equipamentos e deixar a usina indisponível por um longo intervalo de tempo, para a geração de energia elétrica.

NOTA 08 - INTANGÍVEL

	31/12/2021	31/12/2020
Servidões	109	109
Software	23	-
Direito de Extensão da Concessão (a)	15.628	-
(-) Amortização Acumulada	(1)	-
Total	15.759	109

CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

- (a) Refere-se a extensão ao direito de uso do potencial hidrológico obtido em face do acordo para quitação do GSF, de acordo com a Lei 14.052/2020, conforme nota explicativa nº 22.

NOTA 09 - FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e serviços	609	1.261
Total	609	1.261

NOTA 10 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ	376	426
CSLL	208	229
PIS	59	58
COFINS	270	270
ICMS - diferencial de alíquota	21	30
IRRF	8	8
Contribuições Sociais retidas	25	24
ISSQN	17	26
FGTS	11	11
INSS empresa	29	30
INSS terceiros	20	27
Total	1.044	1.139

NOTA 11 - PROVISÃO PARA LITÍGIOS

PASSIVO CIRCULANTE		
	31/12/2021	31/12/2020
GSF (b)	-	30.708
Outros	1	1
TOTAL	1	30.709

PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
	31/12/2021	31/12/2020
GF (a)	841	841
Outros	-	-
TOTAL	841	841

- (a) Por meio da ABRAGEL a Cravari arguiu a ilegalidade dos incisos I e II do art. 6º da Portaria MME nº 463/2009 que estabeleceu uma revisão automática da GF – Garantia Física da usina. Houve prolação de sentença favorável nos

CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

autos da Ação GF, sendo que, em 2020 as resoluções que rebaixaram a GF da Cravari foram revogadas e a regra que fundamentava tais reduções encontra-se suspensa pelo próprio MME desde 2015, com isso impossibilitando estimar o montante atualizado. Apesar do risco de perda ser estimado como remoto a Administração mantém provisão em decorrência do litígio continuar em andamento.

(b) A APINE também ingressou com ação ordinária face o poder público atribuindo os custos do GSF<1 ao abuso do poder discricionário do executivo federal. Já em primeira instância conseguiu uma tutela protetiva, em sede liminar, garantindo isenção de 100% dos custos do GSF, sendo que tal decisão sequer foi recorrida pela União e pela ANEEL, o recurso não foi conhecido por intempestividade. Ocorre que, quando da sentença de primeiro grau, a juíza do processo por um lado indeferiu o pedido da APINE e por outro modulou seus efeitos para estabelecer que os efeitos causados por GSF<1 produzidos no período de 1º/07/2015 a 07/02/2018 não seriam cobrados até o julgamento dos recursos, neste sentido, os respectivos valores bem como sua atualização monetária foram reclassificados no exercício de 2018 para Passivo Não Circulante. Já os custos posteriores ao período não foram alcançados pela referida decisão, sendo estes, portanto liquidados por seus agentes.

A outorgada é integrante do MRE, logo também foi impactada por estes efeitos, que mesmo com os entraves judiciais, que com seus efeitos suspensos, a Cravari manteve sua postura conservadora, reconheceu os valores correspondentes ao GSF com base nos relatórios disponibilizados pela CCEE.

Entretanto, em 8 de setembro de 2020 foi promulgada a Lei 14.052/2020 que reconheceu as ilegalidades promovidas pela administração pública e determinando o cálculo e devolução aos geradores participantes do MRE, em dias de extensão de outorga, destes prejuízos. Tal lei foi devidamente regulamentada pela ANEEL através da REN 895/2020. Desta forma houve a liquidação desta Provisão através de seu pagamento realizado no exercício corrente.

A ONS, EPE, CCEE e ANEEL, calcularam os prazos de extensão por gerador hidráulico e repactuaram o risco hidrológico no decorrer do último trimestre de 2021.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, subscrito e totalmente integralizado, no montante R\$ 54.932.000,00 (Cinquenta e quatro milhões novecentos e trinta e dois mil reais) é representado por 54.932.000 (cinquenta e quatro milhões novecentos e trinta e duas mil) ações com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

12.2 RESERVA DE LUCROS

Os valores registrados no Patrimônio Líquido na rubrica “Reserva de Lucros” estão compostos conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva legal	8.707	7.060
Lucros a disposição da assembleia	23.468	14.605
Total	32.175	21.665

NOTA 13 - RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Receita Bruta	N° de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecimento – Faturado						
Comercial	1	1	52.452,075	52.849,571	16.950	16.221
Suprimento – Faturado						
Curto prazo	4	7	7.230,400	45.360,000	1.242	919
Longo prazo	1	1	113.926,800	111.350,800	33.250	30.867
Energia Elétrica de Curto						
CCEE					2.391	997
Fornecimento/Suprimento - Não Faturado			6.042,332	5.444,611	(1)	317
Total	6	9	179.651,607	215.004,982	53.832	49.321

(*) – Não auditados

NOTA 14 - COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA- CCEE

A Cravari é integrante do MRE – Mecanismos de Realocação de Energia, este mecanismo dentre outras funções, basicamente transfere o excedente de energia dos agentes que geraram além de sua Garantia Física-GF para agentes que por sua vez geraram abaixo da sua GF. Estas movimentações de compra e venda de energia, estão sujeitas aos ajustes financeiros resultantes da comercialização do âmbito da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica que são apurados pela mesma obedecendo as Regras e procedimentos de Comercialização.

	31/12/2021	31/12/2020
Compra	14.949	5.620
Efeito negativo da liquidação	3.208	1.171
Efeito positivo da liquidação	2.391	997

CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

NOTA 15 - PESSOAL - GERAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	672	640
Encargos	256	215
Despesas rescisórias	3	3
Outros benefícios - Corrente	36	271
Total	967	1.129

NOTA 16 - SERVIÇOS DE TERCEIROS

	31/12/2021	31/12/2020
O&M - Operação e manutenção	3.528	3.155
Manutenção de máquinas/equipamentos	62	12
Manutenção instalação	65	193
Manutenção de veículos	5	8
Despesas de viagem	51	43
Meio ambiente	497	601
Fretes, carretos e transportes	10	8
Custos PBA	78	75
Serviços de telecomunicação	84	71
Manutenção de informática	5	5
Serviços Regulatórios	83	-
Despesas com vendas	46	42
Estacionamento	3	3
Correios	3	4
Serviços de consultoria e auditoria	59	59
Serviços advocatícios	332	293
Consultoria técnica	102	70
Serviços de terceiros – PJ	12	12
Serviços de consultoria administrativa	1.374	1.096
Total	6.399	5.750

NOTA 17 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os saldos das principais operações estão assim demonstrados:

CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

	Passivo circulante		Passivo não circulante		Resultado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Silea Participações Ltda.	18.256	13.046	29.328	29.680	1.374	1.096
Darci Mario Fantin	2.038	1.455	3.295	3.335	-	-
Marlene Barbara Fantin	204	146	330	333	-	-
Total	20.498	14.647	32.953	33.348	1.374	1.096

NOTA 18 - RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	174	541
CCEE	16	14
Juros recebidos	31	-
Subtotal	221	555
Despesas financeiras		
Juros pagos	-	(2)
IOF	(14)	-
Despesas bancárias	(6)	(6)
CCEE	(1.212)	(6.014)
Multas	(14)	-
Subtotal	(1.246)	(6.022)
Resultado financeiro líquido	(1.025)	(5.467)

NOTA 19 – COBERTURA DE SEGUROS

19.1 Garantia Segurado – Setor Privado

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

O seguro com vigência de 01/07/2021 a 01/07/2022 tem o limite máximo de indenização – LMI de R\$ 128.000,00 (Cento e vinte e oito mil reais).

Modalidade	Limite máximo de garantia (LMI)	Vencimento
Financeira Cust/CUSD	128.000,00	jul/22



CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

NOTA 20 – RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Cravari Geração de Energia S.A. desenvolve programas e ações socioambientais na PCH Bocaiúva com vistas a atender às exigências ambientais preconizadas na legislação vigente e, particularmente, os termos do licenciamento ambiental da usina e de sua linha de transmissão associada estabelecidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso – SEMA/MT.

Atualmente a empresa desenvolve mais de uma dezena de programas e planos socioambientais na PCH Bocaiúva, cujas atividades são relatadas periodicamente ao órgão ambiental por meio dos Relatórios de Gestão Ambiental encaminhados anualmente ao mesmo, em estrito atendimento às condicionantes contidas nas Licenças de Operação n° 315724/2017 e 320445/2019, da PCH Bocaiúva e da Linha de Transmissão, respectivamente.

Dentre as ações de caráter socioambiental desenvolvidas pela empresa estão o Monitoramento da Fauna e Ictiofauna existentes na região da usina que, por possuir uma grande área coberta por vegetação nativa, se tornou um importante local de refúgio de animais silvestres, o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas que ao longo de aproximadamente doze anos já promoveu a recuperação de todas as áreas que se encontravam desprovidas de vegetação no interior da usina e na extensão da linha de transmissão, corroborando para a manutenção das áreas protegidas para refúgio da fauna, bem como para a proteção do solo e recursos hídricos.

Também com vistas à proteção do solo e água são desenvolvidos o Controle Ambiental de Processos Erosivos e o Monitoramento Hidrossedimentométrico e da Qualidade d'Água, por meio dos quais a Cravari Geração de Energia S.A. assegura a manutenção da qualidade ambiental da água do reservatório da PCH Bocaiúva e do rio Cravari na região da usina, a qual é classificada como “Boa” ou “Ótima” desde a instalação da usina, conforme padrões estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.

Por se tratar de uma região com ocorrência de doenças tropicais endêmicas, como febre amarela, dengue, malária e leishmaniose, visando a saúde dos trabalhadores da empresa locados na PCH Bocaiúva, bem como da população residente em seu entorno, são desenvolvidas campanhas periódicas para monitoramento de vetores endêmicos. Além dessas atividades, a Cravari Geração de Energia S.A. fornece apoio institucional à prefeitura e entidades locais, a promoção de ações socioeducativas, a manutenção das vias de acesso à usina e a manutenção contínua do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para atendimento à legislação vigente (Política Nacional de Resíduos Sólidos) com a destinação correta dos resíduos produzidos na planta da usina, e do Plano de Ações Emergenciais, previsto na Política Nacional de Segurança de Barragens.

Por fim, destaca-se a implementação, pela Cravari Geração de Energia S.A., de um importante plano de apoio e valorização cultural da comunidade indígena residente na



CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

área de influência indireta da PCH Bocaiúva, denominada comunidade Irantxe ou Manoki, cujas atividades foram iniciadas em 2008 e foram formalizadas por meio de um Termo de Cooperação firmado entre a Cravari, a citada comunidade indígena e a Fundação Nacional do Índio – Funai. Esse plano ajuda a promover diversas atividades socioambientais na Terra Indígena Irantxe/Manoki, no município de Brasnorte/MT, e já é referenciado pela Funai como um dos melhores planos socioambientais desenvolvidos pelo setor privado no país.

NOTA 21 – COVID-19

Devido a disseminação do Vírus da Corona Vírus (Covid-19 Sars-Cov-2), em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou pandemia, com reflexo direto na economia mundial.

No Brasil as medidas do governo para contenção da propagação da doença vão desde o impedimento de entrada e saída nas fronteiras, isolamento social, com trabalho Home Office quando possível, redução das atividades industriais, fechamento de comércios não essenciais, suspensão de aulas, entre outras.

Ciente de seu papel social, empresa tomou algumas medidas necessárias para proteger seus colaboradores, conscientizando-os sobre as ações de controle ao contágio e transmissão do vírus, medidas estas que visam permitir a continuidade de seus negócios, ajudando o País a superar este momento difícil.

A empresa está acompanhando os possíveis impactos do Corona Vírus, seus reflexos na atividade econômica mundial e brasileira, e em seus negócios. Planos de contingências foram elaborados para manutenção adequada de suas operações sem prejuízos para a empresa, seus clientes e colaboradores.

NOTA 22 – REACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

Em Reunião da Diretoria realizada no dia 04 de outubro de 2021 os Diretores da empresa aprovaram em unanimidade a adesão da PCH Bocaiuva detentora de autorização de geração de energia elétrica à reactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, e, por consequência, desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE.

Como compensação, os geradores têm direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos.

CNPJ 08.703.867/0001-15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores Expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).

Destarte, considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração da empresa exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores.

Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa disponível no entendimento da Administração, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

Diante disso, foi reconhecido ativo intangível sob rubrica “Direito de Extensão da Concessão”, correspondente ao referido direito, em contrapartida da rubrica “Repactuação de risco hidrológico” na demonstração do resultado, no montante de R\$ 15.628 mil, o qual é o valor definido e disponibilizado pela Aneel que o transformou em extensão de outorga por mais 1.515 dias conforme disposto no anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919/2021.

A amortização deste ativo intangível ocorrerá pelo prazo em que se espera recuperar o valor contábil.

NOTA 23 – EVENTO SUBSEQUENTE – MANUAL DE CONTABILIDADE DO SETOR ELÉTRICO 2022

A Resolução Normativa ANEEL n.º 605/14 foi revogada pela Resolução Normativa ANEEL n.º 933/21, que aprovou a estrutura do novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), vigente a partir do exercício de 2022.

A nova edição do MCSE é aplicável aos agentes com outorgas de transmissão, distribuição, e os agentes com outorgas de geração de uso de bem público para exploração de potencial de energia hidráulica, em regime de produção independente. São estabelecidos os direitos e deveres das outorgadas, premissas básicas e metodológicas de contabilização, controles internos para gestão do patrimônio e definição dos prazos e obrigações acessórias.

A Administração está avaliando os impactos decorrentes do novo normativo e irá aplicar de forma prospectiva as eventuais mudanças identificadas.

Curitiba, 31 de dezembro de 2021.